Revista EDaPECI
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E PRATICAS EDUCATIVAS COMUNICACIONAIS E INTERCULTURAIS

ISSN: 2176-171X

Revista EDaPECI
São Cristóvão (SE)
v.16. n. 3, p. 469-485
set. /dez. 2016

O trabalho infantil: com a palavra as crianças e adolescentes

---

Child labor: with the word children and adolescents

El trabajo infantil: con la palabra niños y adolescentes

Wesley Assis de Belém[1]
Maristela Vicente de Paula [2]
Neila Maria Mendes Borges[3]
Maisa Pires Pacheco[4]

Resumo: O Trabalho Infantil no Brasil é um desafio histórico premente de sua completa erradicação, que como direito ferido, incide diretamente sobre outros direitos fundamentais, como, a educação, a brincadeira/lazer, segurança, deixando crianças e adolescentes expostos a diversas situações desfavoráveis ao seu pleno desenvolvimento. O presente estudo busca analisar, quais as concepções de trabalho e sua relação com o brincar que se apresentam entre as crianças e adolescentes participantes de um projeto de intervenção de iniciativa da sociedade civil organizada na cidade de Catalão/GO. Abordando o trabalho infantil como um problema social brasileiro que vem sendo enfrentado, mas, persiste com grande prejuízo pessoal e social, fazendo uma interface da realidade nacional com a realidade local. A metodologia empregada foi, pesquisa de campo de caráter exploratório e descritivo, cuja coleta de dados se deu por entrevista semiestruturada com crianças e adolescentes. Os resultados mostraram que, apesar dos avanços na legislação brasileira no que tange aos direitos da criança e adolescente e as políticas públicas que dela desdobram, temos ainda presente o discurso do trabalho como referência principal na formação de pessoas de bem, justificando a inserção precoce no trabalho, apartado da reflexão em torno dos direitos que são violados nesse processo.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Criança e adolescente. Direitos humanos.

Abstract: *Child labor in Brazil is a pressing historical challenge of its complete eradication, which as a right injured, directly affects other fundamental rights, such as education, play / leisure, safety, leaving children and adolescents exposed to various situations unfavorable to their Development. The present study seeks to analyze, which conceptions of work and their relationship with play that are presented among children and adolescents participating in an intervention project organized by civil society in the city of Catalão / GO. Addressing child labor as a Brazilian social problem that has been faced, but persists with great personal and social prejudice, making an interface of national reality with local reality. The methodology used was an exploratory and descriptive field research, whose data collection was by semi-structured interview with children and adolescents. The results showed that, despite the advances in Brazilian legislation regarding the rights of children and adolescents and the public policies that unfold it, we still have the discourse of work as the main reference in the formation of good people, justifying the early insertion in the Reflection on the rights that are violated in this process.*

Keywords: *Child labor. Child and teenager. Human rights.*

[1] Especialista em Direitos Humanos da Criança e Adolescente pela UFG, Regional Catalão. E-*mail:* wesley-pdr123@hotmail.com
[2] Mestre em Educação Física pela UNICAMP. Professora do curso de Educação Física pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão. *E-mail:* maristela.vicente.paula@gmail.com
[3] Mestre em Educação Física pela UNICAMP. Professora do curso de Educação Física pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão. *E-mail:* neilamariamendes@gmail.com.
[4] Especialista em Planejamento e Gestão pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* pachecoricioli@gmail.com

Resumen: *El trabajo infantil en Brasil es un reto histórico prensado de su completa erradicación, que cómo derecho herido, afecta directamente a otros derechos fundamentales, cómo por ejemplo, la educación, el juego / ocio, seguridad, dejando a los niños y adolescentes expuestos a diversas situaciones desfavorables a su pleno desarrollo. En este estudio se pretende analizar cuáles son las concepciones de trabajo y su relación con el juego que se presenta entre los niños y adolescentes que participan en un proyecto de intervención con la iniciativa de la sociedad civil organizada en la ciudad de Catalão / GO. Tratando el trabajo infantil como un problema social brasileño que se enfrentó, pero persiste con gran daño personal y social, haciendo una interfaz de la realidad nacional con la realidad local. La metodología empleada fue la investigación de campo, con un estudio exploratorio y descriptivo, cuya la recogida de datos fuea través de entrevista semiestructurada con los niños y adolescentes. Los resultados mostraron que, a pesar de los avances en la legislación brasileña con respecto a los derechos de los niños y adolescentes y las políticas públicas que se desarrollan, tenemos aún presente el discurso del trabajo como la principal referencia en la formación de la gente buena, lo que justifica la pronta entrada al trabajo apartado de la reflexión sobre los derechos que son violados en el proceso.*

Palabras-chave: *Trabajo infantil. Los niños y adolescentes. Derechos humanos.*

Introdução

Pensar no Trabalho infantil é pensar como a nossa sociedade se organiza diante de algumas demandas sociais fundamentais, diante da má distribuição de renda e de bens sociais, como um problema histórico em nosso país, implicando em sujeitar nossas crianças e adolescentes ao trabalho degradante, para a manutenção de suas vidas e por vezes dos seus familiares e ou ainda como fruto de uma cultura, que valoriza o trabalho como elementos de formação moral indispensável, sem assegurar critério que salvaguardem os direitos da criança e do adolescente.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 2000 a 2010 houve uma queda em relação ao trabalho infantil no Brasil principalmente na região nordeste, porém em alguns estados das regiões do país o índice aumentou como é o caso da região norte e da região centro oeste.

O que se deseja de fato, é a completa erradicação do trabalho infantil no Brasil e no mundo, uma vez que trata-se de um direito ferido, que incide diretamente sobre vários outros direitos, implicando em risco para a integridade física, emocional, social e cultural da criança e adolescente a ele submetido, localizado fundamentalmente em classe social e étnica específica.

O trabalho infantil é uma questão social premente, embora seu combate mundial tenha como seu principal marco a criação da OIT (Organização Internacional do trabalho) em 1919, prevendo medidas de proteção para a população infantojuvenil, seu reflexo no Brasil só

veio a projetar seu significativo combate, a partir da Constituição Brasileira de 1988, repercutindo em seguida, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. E embora houvessem normativas que os precedesse, estabelecendo limites de idade, tempo e locais para o envolvimento dessa população como o trabalho, as regras precarizadas pela desigualdade social, podiam ser facilmente ignoradas ou burladas (SILVA, 2009).

Assim, num país de muitas diferenças sociais, culturais e econômicas, o trabalho infantil perpetua até nossos dias, para a garantia da subsistência ou transvestido por necessidades que camuflam antigos valores e crenças, ignorando as peculiaridades da infância e adolescência como sujeitos de direitos que são, submetendo-os a situações desfavoráveis ao seu pleno desenvolvimento.

Na cidade de Catalão, no Estado de Goiás, o trabalho infantil também está presente, embora seja um município privilegiado de recursos naturais, econômicos e de formação, observa-se que crianças e adolescentes estão submetidos ao trabalho, alguns de forma mais sutil e outras explicitamente.

A presente pesquisa buscou identificar entre as crianças e adolescentes participantes de um projeto social, de iniciativa da sociedade civil organizada, de promoção de espaços de jogo, brincadeira, expressão corporal e artística, qual a relação que está estabelecida em suas rotinas para o estudo, o trabalho e a brincadeira. Buscou também identificar as causas elencadas pelas crianças e adolescentes para o trabalho nessa etapa de suas vidas, bem como, levantar a percepção das crianças e adolescentes, sobre a compreensão dos familiares em relação a sua condição de criança/adolescente trabalhador.

A metodologia de pesquisa utilizada foi um estudo de campo de caráter exploratório e descritivo. Exploratório, tendo em vista que buscou esclarecer conceitos e ideias confrontando-os com uma dada realidade, qual seja do trabalho infantil no Brasil, na especificidade de uma comunidade no interior do país. E descritiva, por alinhar seus objetivos com o propósito de descrever as características de determinada manifestação, agrupamento (GIL, 2008, p. 27-28).

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a entrevista semiestruturada, durante as atividades do projeto, sendo selecionados dois adolescentes e quatro crianças, perfazendo um total de seis entrevistados entre meninos e meninas, os quais já haviam apresentado relatos informais prévios de trabalho infantil. Trata-se de um estudo de caráter

qualitativo, assim, a análise dos dados se deu pelas informações prestadas, confrontadas com a literatura vigente sobre o tema.

O estudo foi organizado, trazendo em um primeiro momento, elementos conceituais e de fundamentação sobre o trabalho infantil no contexto brasileiro. Em seguida, são apresentadas as falas das crianças e adolescentes, pelas quais se buscou compreender e analisar as relações que se estabelecem entre o trabalho realizado pelas crianças e suas possibilidades de brincar e estudar.

O trabalho infantil, um problema social no Brasil

O Trabalho infantil é um problema social e no Brasil ele está presente desde a colonização do país, envolvendo inicialmente as crianças indígenas, em seguida as africanas e descendentes feitas escravas, mas, também as sem família e as de origem de baixa renda, conforme aponta Brasil (2011, p. 12),

> O trabalho infantil é um fenômeno social presente ao longo de toda a história do Brasil. Entre os séculos XVI e XIX, crianças de origem indígena e africana foram submetidas à escravidão juntamente com seus familiares. Filhos de trabalhadores livres também ingressavam muito cedo em diversas atividades produtivas no campo e nas cidades.

Entendia-se como algo natural o ingresso o mais precoce possível da criança escrava no trabalho, pois, que na condição de mercadoria deveria render o máximo de dividendos aos seus donos, principalmente porque a vida útil de um escravo adulto era curta e logo seria necessário troca-lo por alguém mais novo. Assim, crianças executavam trabalhos dos mais variados, principalmente atividades agrícolas, sem distinção em relação ao trabalho do adulto (MARIN, 2005).

Depois da abolição da escravatura, a desigualdade social mantinha-se em alto nível de gravidade e as crianças permaneciam submetidas ao trabalho, contraditoriamente tantos as beneficiadas com o fim da escravidão, quanto os filhos dos imigrantes que chegaram para substituir a mão de obra escrava.

Em janeiro de 1891, passou a vigorar o decreto nº 1313, primeira iniciativa de regulamentar o trabalho infantil no Brasil, que estabeleceu a idade mínima de 12 anos para o trabalho nas fábricas de tecido, podendo iniciar aos 8 anos como aprendiz, definiu a jornada de trabalho máxima de 7 horas para o sexo feminino entre 12 e 15 anos e meninos de 7 aos 14 anos, enquanto para os meninos de 14 e 15 anos a jornada de trabalho foi fixada em 9h, sendo

proibido o trabalho aos domingos, feriados e no turno noturno, bem como em ambientes insalubres. Contudo, tais regras, pouco foram consideradas sem conseguir fazer frente aos principais problemas atrelados, sejam a pobreza extrema, fome e analfabetismo, acidentes frequentes com sequelas e mortes no ambiente de trabalho (SILVA, 2009).

O século XIX foi marcado pela submissão das crianças ao trabalho fabril, que erguia-se no país como promessa de progresso, embora, arrastasse o atavismo da exploração da mão de obra barata da infância e adolescência. A violência da desigualdade social favorecia a inserção da população mais pobre, que necessitava dos recursos advindos desse trabalho para o sustento das famílias. No Brasil esse modelo traspôs-se por todo século XX,

> [...] o processo de industrialização do país, iniciada no final do século XIX e aprofundada ao longo do século XX, levou à incorporação de grandes contingentes de crianças às atividades fabris de diversos ramos, bem como em novas atividades do setor terciário, tal como ocorrera nos países pioneiros da Revolução Industrial. Embora a exploração da mão de obra infantil nas fábricas tenha sido denunciada praticamente desde o início da sua utilização, e medidas legislativas de proteção ao "menor" tenham sido adotadas já na década de 1920, o trabalho infantil persiste como um problema social de graves dimensões no país no início do século XXI. (BRASIL, 2011, p. 12)

O Código de Menores criando no ano de 1927, foi considerado o primeiro diploma legal de proteção às crianças e adolescentes da América Latina, contudo, o processo histórico mostrou que ao invés de garantir direitos aos chamados menores de 18 anos, cumpriu apenas com o propósito de regular os excluídos, os sem família, na perspectiva de controlar a delinquência.

O marco legal instituído pela Constituição Brasileira de 1988, estabeleceu a criança e adolescente como prioridade absoluta, responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. E, definiu em Emenda Constitucional, no ano de 1998, a idade mínima de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, aos 14, para a inserção no trabalho, valorizando a educação e formação profissional, ante a precoce atuação no mercado de trabalho.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no ano de 1990 estabeleceu a condição de sujeitos de direitos para essa parcela da população, entendendo-os em um período peculiar do desenvolvimento humano.

> O ECA rompe com a intervenção arbitrária do Estado no destino de crianças e adolescentes, propõe um reordenamento institucional ao romper com práticas fundadas na filantropia ou caridade, gerando responsabilidades para a família, para o Estado e para a sociedade, pois partiu da concepção de "sujeitos de direitos", assim, preconiza a garantia ampla dos direitos pessoais e sociais (SILVA, 2011, p. 23).

Entre os direitos previstos pelo ECA, no Capítulo V – Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho – no Art. 60º ao art. 69, consta explicitamente: "É proibido qualquer trabalho para crianças e adolescentes com idade inferior a quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz" (SILVA, 2011, p. 46). E define as instâncias responsáveis pelo combate direto do trabalho infantil, embora seja responsabilidade de toda sociedade.

> Os Conselhos de Direitos, de âmbito nacional, estadual e municipal são responsáveis pela formulação das políticas de combate ao trabalho infantil, proteção ao adolescente trabalhador e pelo controle social. Os Conselhos Tutelares são corresponsáveis na ação de combate ao trabalho infantil, cabendo a eles cuidar dos direitos das crianças e adolescentes em geral, em parceria com o Ministério Público e o Juizado da Infância e da Adolescência. Também trata do assunto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no seu Título III, Capítulo IV, "Da Proteção do Trabalho do Menor", alterada pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000) (BRASIL, 2011, p. 8).

Embora os esforços que se empenharam a partir das pressões populares e dos organismos internacionais, que impulsionaram legislações reconhecidamente avançadas para a criança e adolescente no Brasil, Marin (2005, p. 9) avalia que sua permanência se deve a uma diversidade de questões, como podemos observar no trecho que se segue:

> Brasil afora crianças se agregam ao mercado de trabalho, em decorrência da pobreza, do agravamento do desemprego, do rebaixamento salarial, da progressiva perda de direitos sociais e trabalhistas, da concentração de riqueza e de poder nas escalas nacional e internacional. Somam-se, ainda, certos valores, normas e tradições que incentivam o trabalho das crianças pobres, mesmo a preços vis e em condições desumanas, sob a crença da disciplina física e moral dos futuros trabalhadores.

Identificamos nesta fala, que para além da necessidade de manutenção da vida pessoal e ou do agrupamento familiar, o trabalho infantil tem profunda raiz cultural. No Brasil, pertence ao senso comum, ideias como: "o trabalho dignifica o homem" (ser humano), "é melhor a criança/adolescente trabalhar do que ficar na rua", "trabalhar forma o caráter". São concepções que atravessam gerações e tomam como exemplo a educação recebida por pais, avôs formando-os pessoas consideradas honestas, a partir de uma ideologia construída para a conformação das diferenças sociais.

Conforme Comissão para Erradicação do Trabalho infantil da Justiça do Trabalho (BRASIL, 2013) entende-se por Trabalho infantil, "aquele realizado por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, a não ser na condição de aprendiz, quando a idade mínima permitida passa a ser de 14 (catorze) anos". Já o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador especifica:

> O termo "trabalho infantil" refere-se, neste Plano, às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. (BRASIL, 2011, p. 6).

Assim, entende-se que o trabalho doméstico realizado dentro ou fora de casa, também é considerado um tipo de trabalho infantil. Característico por ser uma das modalidades mais degradantes, com riscos de acidentes que apresentam uma das maiores taxas em relação a outros espaços onde ocorrem o trabalho infantil e de alta negligência, por camuflar-se na rotina, enquanto atenta contra o tempo destinado a infância e adolescência para a sua formação humana.

O trabalho infantil, apresenta elementos de identidade, como maior número de meninos que meninas, principalmente em relação a natureza da atividade, a grande maioria negra, advindas de comunidades agrária, denunciado a desigualdade social como fator preponderante e revelando a profundidade do problema, que não se quebra com ações tímidas. Sobre esse aspecto o texto do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador, avalia e considera:

> [...] ainda encontra meios para se perpetuar no País, considerando diferentes aspectos, tais como raça, gênero, condição econômica, tipo de ocupação, diversidade regional, entre outros. A partir de políticas e de ações que preconizam a transversalidade e a intersetorialidade, sempre contando com o apoio indispensável da sociedade civil, o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador busca criar as condições para que cerca de dois milhões de crianças e adolescentes de cinco a quinze anos de idade, sejam retirados do trabalho e a eles sejam garantidos todos os direitos inerentes à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento (BRASIL, 2011, p. 5)

Passos importantíssimos de combate ao trabalho infantil no Brasil já foram dados, apresentando um panorama que pede nova releitura desse problema que resiste.

Mais recentemente, 2011, foi lançado o "Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador", o qual foi criado com o objetivo de extinguir as formas mais degradantes de trabalho infantil existentes, e até o ano 2020 a erradicação de qualquer forma da exploração através do trabalho infantil, como podemos observar a seguir,

> O Plano constitui-se num instrumento fundamental na busca pelas metas de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e de erradicar a totalidade do trabalho infantil até 2020, assumidas pelo Brasil e pelos demais países signatários do documento "Trabalho Decente nas Américas: Uma agenda Hemisférica, 2006-2015", apresentado na XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida em 2006. (BRASIL, 2011, p. 5).

Trata-se de um percurso desafiador, uma vez que envolve não somente necessidades, mas concepções e valores. Envolve desde o trabalho remunerado ao trabalho doméstico na própria residência. Uma distinção delicada, do que seja educação familiar e direito ferido.

Trabalhar, brincar, estudar, o que pensam as crianças e adolescentes

Este estudo trata-se de uma pesquisa de campo de caráter exploratório e descritivo junto a crianças e adolescentes participantes de um projeto social de iniciativa da sociedade civil, em um bairro periférico da cidade de Catalão/GO. A amostra da pesquisa envolveu seis sujeitos, entre crianças e adolescentes, os quais já havia manifestado informalmente sua condição em relação ao trabalho infantil, mediante irregularidade em se fazerem presentes nas atividades do projeto que ocorrem, durante todo ano, duas vezes por semana, com aproximadamente uma hora e meia de duração, aos sábados à tarde e as quintas-feiras, no final da tarde, depois do turno escolar.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, aplicada de forma a preservar a espontaneidade em meio as atividades realizadas no projeto, que são de natureza expressiva, sejam com relação a cultura corporal (jogos, brincadeiras), artísticas (música, desenho, pintura, artesanato, etc.), e no campo do faz de conta (brinquedos, fantasias, contação de histórias, leitura e cuidados pessoais).

A análise de dados se deu de forma qualitativa, buscando capturar o sentido do trabalho na relação com a infância e adolescência nos seus cotidianos. Durante a análise das falas, a identificação preserva o anonimato dos participantes utilizando as seguintes designações: criança 1, criança 2, criança 3 e criança 4, adolescente 1 e adolescente 2.

A primeira questão apresentada para os participantes do estudo, abordou diretamente se eles trabalham. Alguns disseram, a princípio, que não trabalhavam, pois, entendiam como trabalho uma atividade remunerada e realizada fora de casa, porém quando perguntados se eles ajudavam e/ou trabalhavam em casa eles disseram que sim, como podemos observar nas falas a seguir:

> Não. Eu trabalho em casa. Eu ajudo minha mãe a lavar roupa, lavar louça, varrer a casa. De vez em quando eu ajudo meu pai, varrendo o quintal mesmo, só ficando em casa mesmo. (criança 1).
>
> Não trabalho. Sim, eu ajudo em casa. Uai! Eu ajudo a minha mãe a limpar a casa, a varrer os trem. (criança 2).
>
> Não trabalho. Em casa eu ajudo sim. Eu arrumo casa, lavo pratos, eu ajudo a cuidar dos meus irmãos doentes porque minha mãe fica trabalhando. Ajudo a cuidar dos meus irmãos quando minha mãe está trabalhando (criança 3)
>
> Trabalho. Ajudando em casa. Ajudo a arrumar a casa. Trabalho só em casa. Lavo vasilha, é ... passo pano na casa, lavo banheiro (adolescente 2)
>
> Trabalho, adoro trabalhar. Junto com meu pai. Rapo o curral, junto o entulho da construção. Na roça, na roça, nós vai lá caçar os animal na fazenda, pega os animal tira leite, só isso (criança 4).

A participação das crianças e adolescentes nas tarefas mencionadas, são significativas, mas, apesar disso, são minimizadas, como se de pouca importância, uma vez que se encontra no contexto do ambiente doméstico.

Conforme Schwartzma e Schwartzman (2004, p. 36), "o trabalho doméstico [...] está fortemente associado com a situação de pobreza das famílias". Assim, verifica-se que no contexto desse estudo, o trabalho doméstico está naturalizado, pois, o limite que distingue o aprendizado dos afazeres humanos fundamentais e ténue frente as responsabilidades que assumem no ambiente doméstico como pode-se observar no decorrer das falas.

Para a organização interna das famílias, em que os adultos estão inseridos em trabalhos informais e de condições precárias, é necessário que crianças e adolescentes realizem trabalhos domésticos sem a presença dos adultos.

Somente um dos entrevistados, afirmou trabalhar em exercício remunerado. E em seguida, justifica a necessidade.

> Trabalho desde os 14 anos. E hoje eu tenho 17 anos. Trabalho em um Supermercado do Bairro. Faço de tudo, mas, o que mais faço é repor o estoque nas prateleiras. [...] Trabalhar?! Trabalhar pra você sustentar a família, quando tiver trem assim pra comer, come (adolescente 1).

A perspectiva de trabalho apresentada, inicialmente e bastante imediata, de sustendo, voltada para alimentação. A natureza do trabalho desempenhado parece identificar caráter mecânico, sem possibilidades de agregar um repertório de saberes e fazeres promotores de criatividade, desafio, confiança, restringindo-se apenas talvez a subalternidade.

Em outro momento, o mesmo adolescente amplia suas expectativas com relação ao que o trabalho representa para ele, afirmando:

> Pra mim trabalhar, pra conseguir alguma coisa na vida. Sustentar a gente, é comprar trem para andar, carro, moto, esses trem conseguir uma casa (adolescente 1).

A associação direta com o consumo, não aponta expectativa de crescimento profissional ou pessoal atrelado, indicando a princípio a possibilidade de acumular e adquirir, demostrando certo conformismo com uma condição social e econômica dada. Consumir dentro das expectativas que seu status social limita.

Segundo informaram as crianças e os adolescentes entrevistados, todos frequentam a escola e executam os trabalhos em horários contrários aos que permanecem na escola, como se observar a seguir:

> "Tinha vez que trabalhava dás uma as sete, ou dá uma ás oito, ou dá uma ás cinco." (adolescente 1).
> "Desde que chego da Escola até ás quatro cinco horas" (criança 3).

As falas demostram, que o turno em que estão dispensados da presença na escola é preenchido com os trabalhos dos quais são encarregados. Indicando que há a preocupação de preservar o horário em que a criança e o adolescente devem cumprir da jornada escolar, contudo, sem prever reservas para atividades extraclasse, ou de formação paralela.

A permanência na escola é um indicativo muito importante, pois, uma das consequências desastrosas do trabalho infantil é a evasão escolar. Contudo, denuncia a precariedade da condição de estudante, sem tempo disponível para complementação dos estudos, seja em casa ou em algum outro espaço de formação, implicando em retenções no mesmo ano escolar, ou ainda promoção para o ano seguinte, sem que haja as condições necessárias para que possa cumpri-lo com êxito, em uma trajetória descendente de sucesso escolar, que frequentemente implica em abandono da escola em algum momento da trajetória da educação básica.

A baixa escolaridade das famílias é outro fator de atenção, uma vez, que pode indicar uma relação antecipada de ingresso no mundo do trabalho, que tende a replicar, como verifica-se no texto que se segue: "no Brasil, a população sempre começou a trabalhar muito cedo, principalmente impulsionada pela pobreza, pois quanto menor a renda da família e a escolaridade da pessoa de referência da unidade familiar, maior o risco de ingresso precoce no mundo do trabalho" (BRASIL, 2011, p. 10).

O trabalho realizado pelas crianças e adolescentes participantes do estudo, reverberam na economia doméstica, seja gerando algum recurso direto, seja, economizando mão de obra remunerada ou ainda disponibilizando tempo para que os adultos se ocuparem de atividades que implicam em renda. Campos e Alverga (2001, p. 228,) advertem, "a configuração de uma parcela significativa da força de trabalho infantil é devida a necessidades geradas no seio familiar, decorrentes das insuficientes condições de sobrevivência". Argumento esse irrevogável para as famílias que não conhecem outras possibilidades para suprir suas necessidades fundamentais.

Para além das necessidades que se colocam para as famílias, estão as expectativas como relação ao poder de consumo, que em uma contabilidade mais imediata, valoriza o trabalho em detrimento do estudo, pois, que enquanto o primeiro proporciona resultados palpáveis, o segundo, é uma projeção para o futuro, desconhecida das experiências de familiares e pessoas próximas. As falas dos entrevistamos que se seguem, mostram suas preocupações e expectativas:

> Eu gosto né! Porque aí quando crescer posso trabalhar. Trabalhar no que você gosta. Que quando eu crescer eu tenho que arrumar um trabalho bom (criança 1).
>
> É até que vai. Gosto. Trabalhar é bom, a gente recebe e sai pra algum lugar. Igual pega dinheiro assim e sai (adolescente 1).
>
> Gosto, eu gosto de ajudar minha mãe né. Uai, é muito importante pra mim. Porque eu ajudo a minha mãe, ela está muito doente aí eu tenho que ajudar ela. Eu acho que sim né! Porque eu ajudo minha mãe. Porque eu ajudo minha mãe, arrumo os trem, limpo a casa, ela fica deitada e eu arrumo tudo (criança 2).
>
> Gosto. Porque ganha dinheiro né! Uma fonte de ganhar bastante dinheiro. Você trabalha e vai ganhando dinheiro, ganhando dinheiro comprando celular, comprando tudo (criança 4).
>
> Ah, ajudar os pais, porque eles ficam só no serviço. Ajudar os amigos também (adolescente 2).

As iniciativas empregadas para o combate ao trabalho infantil no Brasil, como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Bolsa Família, Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, embora tenham cumprido uma agenda indispensável para redução de números, das situações mais degradantes e da inserção mais tardia das crianças e adolescentes no trabalho, não foram suficientes para romper com o ciclo que alimenta-se do grande fluxo dos que não conseguem completam a educação básica ou a completam com muitas dificuldades e limitações,

condenando-os a se submeterem a postos de trabalho de menor valor econômico e social, por vezes alienante e reprodutivo.

> Convencer muitos setores da sociedade e do Estado do fato de que não é o trabalho precoce, mas sim a educação, que pode garantir um futuro melhor, continua a ser um grande desafio. Mesmo depois de muitos anos de luta contra o trabalho infantil, a mentalidade que durante séculos levou crianças ao trabalho ainda está presente em muitos setores da população brasileira. Crianças e adolescentes submetidos à criminalidade, ao narcotráfico, à exploração sexual e a condições análogas à escravização dentre outras atividades classificadas como as piores formas de trabalho infantil revelam como persiste no país uma mentalidade perversa, capaz de negar a própria condição de ser humano às novas gerações de cidadãos e cidadãs (BRASIL, 2011, p. 12).

O trabalho infantil como um arranjo, fruto de uma sociedade injusta e desigual, reflete a organização de nossa sociedade, que apregoa valor ao mérito, quando as condições são tão absolutamente distintas entre os diferentes grupos sociais e a ascensão social é uma exceção.

O estudo também quis saber pelos entrevistados, qual a compreensão dos pais em relação ao trabalho para os filhos.

> Que quando eu crescer eu tenho que arrumar um trabalho bom. Que eu não posso ficar pegando muito pesado, só isso mesmo (criança 1).
>
> Nada. Não, eu aprendo por... como é que fala? Por conta própria. Ainda não, mas falaram que quando eles forem embora eles vai ajudar ne mim, vão fazer uma conta bancária, pra me ajudar (criança 3).
>
> Ha... que é bom trabalhar. Todo mundo gosta de trabalhar lá em casa. Que é aquilo que eu falei, é uma fonte de dinheiro. Quem quiser ganhar dinheiro tem que trabalhar se não quiser trabalhar não ganha dinheiro. Meu pai fala, que quando ele morrer, se não trabalhar vai morrer de fome. (criança 4).
>
> Primeiro tem que estudar, pra depois começar a pensar em trabalhar, que sem o estudo você não vai ser nada na vida (adolescente 2).

O pensamento em torno do trabalho está permeado da ideia de futuro, uma preparação para que essa geração possa assumir responsabilidades sob suas próprias vidas e de outras que delas possam vir depender. As crianças e adolescentes estão postas na condição de um vir a ser, uma existência acessória, sem razão em si mesma, contrariando o que preconiza a legislação brasileira que lhes dá a condição de sujeitos de direitos, prioridade absoluta da nação. E como tal, os investimentos que recebem da família, da sociedade e do Estado, são para atender suas necessidades imediatas, de sujeito em condição peculiar de desenvolvimento, o futuro é uma consequência. O trabalho vem associado a concepção de um aprender fazer de forma linear e desprivilegia o que não é identificado como útil, como o

brincar/lazer, desqualificado popularmente como coisa não séria, desvestido de sua função precípua de humanização.

> [...] legitimar o trabalho infantil, visto como uma forma de fazer a criança "aproveitar o tempo de forma útil", ensinando-lhe ao mesmo tempo "uma profissão" e "o valor do trabalho". Desse modo, mesmo as situações de trabalho infantil, nas quais os abusos e a exploração eram evidentes, muitas vezes eram vistas como um problema menor, e não como uma violação dos direitos de crianças e adolescentes. Tal mentalidade manteve milhões de crianças e adolescentes ligados a atividades que, além de marginalizá-los de toda possibilidade de desenvolvimento físico, psíquico e espiritual, reproduziam todos os vícios de uma sociedade desigual e excludente (BRASIL, 2011, p. 10).

As crianças e adolescentes entrevistadas, também falaram da relação trabalho e estudo pela percepção que elas têm do que lhes posicionam seus responsáveis. E mostram, que são instruídos a estudar para acessar no futuro como adultos, melhores postos de trabalho do que as gerações que os antecederam.

> Estudar. Pra mim arranjar um emprego melhor, isso. Pra mim não precisar ficar suando, trabalhando assim. (criança 1)

> Ah tio, quase ninguém na minha família completou o ano, só a minha tia né. Porque a minha avó ela não pode estudar porque trabalhava pro meu avô, então, por isso ela não teve os estudos, ela trabalhou. Ela estudou só até o primeiro ano e já o meu avô estudou só até o terceiro ano, por causa de trabalho. Que é importante estudar, porque tio se você não tem o estudo, igual eles, eles não têm o futuro melhor como eles queriam ter, eles só... como meu avô hoje é descarregador de materiais e minha avó é padeira, então eles queriam um futuro melhor pra eles e não teve por causa dos estudos que não terminou os estudos. Fala que tem que estudar pra ser alguém na vida, pra não ficar como eles. (criança 3).

> Estudar. Porque eles sempre fala, que se eu não estudar eu vou ser um "João ninguém" né, por isso que eles pegam no meu pé, estuda, estuda, estuda, estuda. Meu pai parou no terceiro ano e minha mãe parou no quinto. (criança 4).

> Estudar. Porque quando meu pai era pequeno ele não teve a mesma chance que eu tenho hoje. Melhor estudar do que trabalhar no sol quente, debaixo do sol quente. (adolescente 2).

A promessa do estudo como passaporte para um futuro melhor está presente nas falas das crianças e adolescentes, mesmo sem que essa experiência tenha sido vivida pelos mais próximo, pelo contrário, a falta da escolaridade é apontada como justificativa do insucesso profissional e econômico das gerações de adultos. Estimula-se o estudo não como um direito que concerne parte da composição de sua humanidade, mas, como causa, ao efeito de um status social e poder de consumo, sinônimos de um arquétipo de felicidade.

> Porém, observa-se que tanto as famílias quanto outros setores da sociedade atrelam às justificativas de teor econômico razões de caráter subjetivo para estimular, encorajar as crianças a, cedo, ingressarem em alguma atividade produtiva. Ao tratar-se de certa parcela dos adolescentes, então, observa-se a defesa intransigente do direito e da importância do trabalho produtivo, na maior parte das vezes em detrimento de atividades esportivas, estudantis etc., ainda que o trabalho desenvolvido represente sério dano físico ou mental. (CAMPOS; ALVERGA, 2001, p. 228).

Avançando no diálogo que se estabeleceu na entrevista com as crianças e adolescentes, ouviu-se delas sobre o brincar/brincadeira/lazer em suas rotinas, na relação com a o tempo da escola e do trabalho. As respostas foram:

> Sim. Primeiramente eu vou para a escola, aí depois eu ajudo meu pai e depois eu vou brincar. Eu só varro o quintal. Eu brinco de tarde, por volta dás 17:00/18:00 horas. (criança 1).

> Só pra trabalhar mesmo. Eu estudo de manhã. E aí a tarde eu trabalho. Brincar só se não chegar cansado. Mais chega. Chega cansado toma banho, janta, fica quieto e dorme. Aí não dá pra brincar. Assim dia de sábado, de domingo até que brinca né. Tem dia que venho pra cá, pro Projeto, tem dia que vou para o campinho jogar bola com os meninos. (adolescente 1).

> Não. Uai é muito difícil né. Por causa que eu tenho que trabalhar, eu tenho que trabalhar cedo, ir pra escola estudar e depois eu tenho que voltar a trabalhar de novo, fazer comida e ir lá no mercado pra minha mãe. Não, quase que eu não brinco. Eu sinto falta de brincar. É por causa que quando eu estou em casa lavando vasilha é ... eu sinto falta assim de correr, de brincar de esconde-esconde, eu sinto falta. Quando eu estou limpando a casa é outra coisa (pausa) ... essa outra coisa, é pra ver os coleguinhas sorrirem, brincando, e brincando comigo, aí isso que faz eu sentir muito mal, porque eu não posso brincar, eu tenho que ir lá no mercado sozinha, porque meu pai não mora aqui e não tem ninguém por mim lá em casa, só tem eu e minha mãe (avô que a cria) e a (diz o nome da mãe biológica) e os dois filhos que não ajuda em nada. (criança 2).

> Sim. Eu estudo, quando eu chego em casa eu estudo, depois eu arrumo a casa lá de casa. Eu estudo de manhã, chego e estudo para o próximo dia, depois eu vou arrumo a casa e depois eu vou brincar. Até quando a minha vó chega, porque aí eu vou ajudar ela nas outras coisas tipo fazer a comida esses trem, porque agora que ela está me ensinando a fazer comida. Ela está me ensinando a fazer cada passo. Como meu avô não deixa eu brincar de noite né, porque ele tem muito medo, então eu brinco na minha casa ou na casa da minha irmã, ás vezes na rua quando eles estão lá de fora, eu brinco na casa da minha irmã, dos meus irmãos, mas eu só brinco disso, de brincar com os irmãos, nois brinca de várias brincadeiras como pique no ar, esconder, de brincar de cobra cega esses trem, nós brinca muito. (criança 3).

> Estudo até meio dia, estudo cedo. Saio de lá e já chego caço lenho, arrumo lenha, faço comida pros cachorros, dou comida pros cachorro, aí de vez em quando eu vendo esterco, todo dia eu vendo leite. O que mais que eu faço? Sobra um tempinho pra mim brincar né, de noite. De noite, eu gosto de brincar de noite, com os meus irmãos na hora que eles chegam também né. É porque eles gostam de ir pra roça entendeu e lá eles cuidam das vacas. Eu brinco de... eu brinco é de caçar rato. (criança 4).

> Chego da Escola e vou arrumar a casa. Estudo cedo, aí eu chego e vou arrumar a casa, aí depois eu faço as tarefas e depois eu vou brincar com os meus amigos. Dás cinco até meu pai me chamar, lá pelas sete horas. E eu brinco na rua, jogando bola. (adolescente 2).

As falas das crianças e adolescentes revelam aspectos de uma vida interiorana, de uma forma de viver que identifica-se com uma sociedade pouco tecnológica e que se mesclam com os desejos do mundo contemporâneo. Assim, o trabalho está ligado principalmente ao labor das residências, ao trato com os animais, do trabalho no campo e da comercialização de seus subprodutos. O estudo se concentra principalmente no momento de permanência na escola e no cumprimento de tarefas escolares em casa, sem nenhuma formação complementar. E a contradição do prazer e desprazer com relação ao trabalho, pelo tempo que rouba de outras atividades de interesse como o brincar, ao mesmo tempo que cria a expectativa de um reconhecimento pelo papel que exercem com sua contribuição para os interesses da família.

Os entrevistados demostraram conformação com suas realidades. Os desagrados manifestos, são redimidos pelo tempo que sobra para a brincadeira, ainda é possível brincar na rua, com irmãos e vizinhos. E quando questionado se gostariam de mudar alguma coisa em suas rotinas, não conseguiram apresentar nenhuma proposição, como se a vida já estivesse dada e se como não pudesse sonha para além de um otimismo mais óbvio, qual seja, que cumprindo bem suas obrigações terão um bom futuro. Uma compreensão que pesa sobre os ombros de cada sujeito, o seu destino, seja bom ou ruim, isentando as contradições da sociedade a que pertence e a que empresta seu trabalho sem receber dela o que foi prometido na sua legislação, prioridade absoluta.

Considerações Finais

Uma das grandes dificuldades em combater o trabalho infantil no Brasil, está relacionada ao fato da comunidade e da própria família não identifica-lo em um cenário não tão explícito. Há certa sutileza em distinguir, a preparação para vida cotidiana, do trabalho que onera o desenvolvimento da criança e adolescente. Enquanto, ensinar os mais jovens os cuidados de si mesmos, do ambiente doméstico e social é uma necessidade premente e que colabora para melhor integrá-los a comunidade, o que extrapola o limiar da aprendizagem e colaboração, ocupando um tempo extenso e sem perspectiva, identifica o trabalho infantil, e o prejuízo que o mesmo ocasiona cumulativamente.

O percurso para a erradicação do trabalho infantil no Brasil, parece longo, mediante a incapacidade dessa sociedade de se organizar suficientemente para dar acesso a formação de qualidade para as crianças e adolescentes e de propiciar as famílias suporte social que lhes proporcione outras leituras de mundo e portanto, de novas perspectivas para seus filhos, em cada momento de suas vidas, como necessitam para seu pleno desenvolvimento, e não somente investimentos concentrados seja para atender necessidade imediata da família, ou seja para alimentar expectativas a longo prazo de um futuro mais próspero.

A seguridade do tempo de brincar é um direito a ser garantido, tanto quanto de não ser submetido ao trabalho. Ao brincar as crianças e adolescentes experimentam expressões que perpassam por nossa humanidade e dela nos elucida pertencer. Enquanto o trabalho por ele mesmo, restringe-se a lição da repetição, sem que se promova autonomia ou criatividade, mas, por vezes desistência.

As crianças e adolescentes participantes do projeto que foram objeto desse estudo, mostraram resistência em teimar encontrar tempo para brincar buscando-o nos mecanismos que lhes estão disponíveis. O espaço, foi oferecido pela sociedade civil organizada, ao passo de existir enquanto política pública, o que denuncia a fragilidade dessa conjunção. Mas, suas vozes foram ouvidas, embora, por momentos, tenham eles próprios tentado silenciarem-se em sua conformação, o que parece mais apropriado diante da falta de outras proposições.

O movimento realizado por esse estudo, em busca de melhor compreender essa árdua tarefa de conciliar, estudo, trabalho e o brincar, confirma a necessária iniciativa de proporcionar meios das crianças e adolescentes se expressarem, seja na brincadeira, na arte ou falando de si mesmas, podendo elaboram seus próprios percursos e empoderar-se, para deles se emanciparem.

O enfrentamento do trabalho infantil é um esforço de interromper ciclos de direitos feridos. Tarefa para toda uma nação, como prevê a Constituição Brasileira, ao designar, a família, a sociedade e o Estado, para assegurar os direitos que implicam a proteção integral da criança e do adolescente. Mas, também é indispensável chamá-los a discussão, respeitando o também direito de seu protagonismo.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil.** Brasília-DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.** Brasília-DF: Senado, 1990.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador.** Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. 2. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

BRASIL. **Trabalho infantil 50 perguntas e respostas.** Comissão para Erradicação do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Junho de 2013.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. **Trabalho infantil e ideologia:** contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Estudos de Psicologia, p. 227-233, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social. -** 6. ed. - São Paulo (SP): Atlas, 2008.

PAGANINI, Juliana. O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento. **Amicus Curiae,** v.5, n.5, p. 1-11, 2011.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Crianças do trabalho.** Goiânia-GO: Editora UFG, Brasília-DF: Plano, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon; SCHWARTZMAN, Felipe Farah. **O Trabalho infantil no Brasil**. Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil. Versão 2, Junho de 2004.

SILVA, Sofia Vilela de Morais e. Trabalho infantil: aspectos sociais, históricos e legais. **Olhares Plurais** – Revista Eletrônica Multidisciplinar, Vol. 1, Núm. 1, p. 32-51, 2009.

SILVA, Altina Abadia da, *et al.* **Estatuto da criança e do adolescente.** Goiânia-GO: UFG/Ciar, 2011.

Recebido em 10 de setembro de 2016
Aceito em 9 de novembro de 2016